



Negociações Coletivas 2016/2017

Grupo Claro

Claro: proposta indecente e ilegal

Sinttel convoca assembleia

**Nesta quarta-feira, dia 21,
às 13 horas - no prédio da Embratel no
Centro, em Vitória**

No início desta semana, a diretoria da empresa anunciou o que seria sua proposta para renovação do atual Acordo Coletivo de Trabalho. Propôs um reajuste salarial e de benefícios muito abaixo da inflação acumulada (que é de 9,6%). Com o agravante dos salários serem parcelados em duas vezes.

A empresa ainda nos exige dar um “cheque em branco” para ela mexer ao seu bel prazer na jornada de trabalho e escalas de revezamento da área técnica. Se não bastasse esta verdadeira indecência, ainda pretende nos usar para tentar encobrir uma ilegalidade flagrante ao querer nosso endosso para que os futuros trabalhadores sejam tratados como “segunda divisão”, com benefícios inferiores aos atuais. Neste caso, eles pretendem que nós desrespeitemos até um princípio legal: a isonomia (trabalho igual, salários e benefícios iguais).

Demissão em massa

Por trás desta proposta indecente e ilegal, está um plano dos mexicanos de demitir paulatinamente os trabalhadores atuais e substituí-los por outros novos (e mais baratos). Ou seja, pode até parecer para quem for muito míope que esta medida só irá atingir os que ingressarem a partir de 2017, mas o tiro

foi calculado para atingir você que vai custar “mais caro” que os novos a partir do ano que vem! E ainda querem sua aprovação para isto. É muita cara de pau!!

Não vamos permitir

A Fenattel e o Sinttel não concordam com nenhum tipo de indecência, muito menos de ilegalidade. Nosso único compromisso é defender o que é melhor para os trabalhadores da Claro e, neste caso, sem a menor dúvida, o melhor é REJEITAR a proposta da empresa.

Acabamos de fechar os acordos com todas as operadoras de telecom (Vivo, Tim, Oi e Nextel) e, em nenhuma delas, houve qualquer retrocesso. Por quê tem que haver na Claro? A empresa está bem. É a segunda melhor operadora em rentabilidade. Não há motivo que justifique um acordo coletivo ruim e, ainda, ilegal!

Não se deixe levar pela conversa mole de alguns gerentes. Eles só vão querer lhe enrolar ou pressionar agora, mas saiba que são os mesmos que assinarão rapidinho sua carta de demissão no ano que vem. Chegou a hora de mostrar toda nossa indignação e dizer NÃO. Vamos todos à assembleia para REJEITAR este absurdo proposto pela direção da empresa!

Contra a destruição dos direitos e conquistas trabalhistas e sociais

Nós, trabalhadores não podemos pagar a conta pela crise política e pelos ajustes fiscais! Não podemos admitir retrocessos!

Cabe à nós, trabalhadores/as, resistir, lutar e mostrar a nossa indignação, senão corremos um grande risco de não termos futuro com dignidade

ALERTA - POR QUE PRECISAMOS REAGIR?

As Propostas de Emenda à Constituição (PEC), os Projetos de Lei (PL) e as Medidas Provisórias (MP) avançam com velocidade, surpreendente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Michel Temer - que não foi eleito pelo povo brasileiro - e uma boa parte do Congresso Nacional têm pressa para aprovar tais medidas e extinguir direitos conquistados, arduamente, pelos/as trabalhadores/as brasileiros.

Mas, por que correr tanto?

Para atender aos interesses dos grandes empresários, banqueiros, rentistas, credores da dívida pública, mídia, das elites...

Estes, sim, os grandes beneficiários do sucateamento da Educação, da Saúde, do fim da Previdência Social, do congelamentos dos investimentos públicos, da privatização do Pré-Sal, da retirada de direitos trabalhistas... É o jogo sujo dos golpistas para permanecer no Poder e continuar garantindo seus privilégios e mordomias às custas da exploração do trabalhador e do povo brasileiro.

Contra o Sucateamento dos serviços públicos, PEC 55 (já aprovada no Senado) - congelará por 20 anos os investimentos primários essenciais à população, especialmente nas áreas da Saúde (Sistema Único de Saúde) e Educação (pública e gratuita), até o não reajuste do Salário Mínimo, que atinge especialmente os aposentados.

Contra o desmonte do serviço público e a destruição de programas sociais, PL 257: vai faltar dinheiro para construção, manutenção e reforma de escolas e creches e hospitais; os salários dos servidores ficarão congelados e não haverá novas contratações. Programas sociais, como Minha Casa Minha Vida, o Bolsa Família acabarão. Fies e o Pronatec estão suspen-

sos e não terão novos contratos. O governo ilegítimo acabou com o Ciência sem Fronteiras, bolsas para estudantes e pesquisadores, e cortou quase pela metade as verbas para universidades. Além disso, foram cancelados programas de alfabetização de jovens e adultos.

Contra a Reforma da Previdência, PEC 287:

aposentadoria somente a partir dos 65 anos e com, no mínimo, 49 anos de contribuição. Fim da aposentadoria especial para professores e aumento da contribuição para o INSS de 11% para 14%.

Em defesa do emprego e Contra a reforma trabalhista, PL 4330: prevê a flexibilização das leis trabalhistas (CLT), com a prevalência do negociado sobre o legislado. Regulamenta a

terceirização, que irá beneficiar diretamente os patrões, precarizando as relações de trabalho.

Em defesa do Pré-Sal, PL 4567 (já aprovado na Câmara): fim da participação obrigatória da Petrobrás no Pré-Sal. Vão entregar a maior riqueza natural do País a multinacionais estrangeiras e acabar com a destinação dos recursos do Pré-Sal para a Saúde (25%) e Educação (75%), previstos em lei.

Em defesa da Educação Pública e Contra a Reforma do Ensino Médio, MP 746: A reforma, que não teve debate com a sociedade, propõe uma forma de ensino voltada mais para o mercado do que para a formação crítica da sociedade.



CANAL DE VOZ

Informativo do Sindicato de Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no ES.
Tel.: (27) 3223.4844

Rua Barão de Monjardim, 251, 29010-390 Centro, Vitória – ES
www.sinttel-es.org.br sinttel@sinttel-es.org.br

Responsabilidade Editorial: A diretoria

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda Tel.: (27) 3084-5666
Jornalista: Tânia Trento (MTE-ES 341/86)



16/12/2016 - Telesíntese

PL 3453: PT consegue adiar votação da reforma de Telecom

Apesar da intensa pressão e negociação ao longo do dia, o PT ficou firme em sua posição, e agora à noite, encaminhou à Mesa diretora do Senado o requerimento, com 10 assinaturas, pedindo para que o PL 3453 (ou PLC 79) seja apreciado pelo plenário.

Apesar de muita pressão do governo e das operadoras de telecom, o PT do Senado Federal manteve-se firme para o adiamento do projeto que acaba com as concessões de telefonia fixa e transforma as frequências em perpétuas.

Agora à noite, a liderança da minoria protocolou o requerimento pedindo para que o PL 3453 ou PLC 79 seja apreciado também pelo Plenário do Senado Federal.

Com a confirmação do requerimento, que manteve as 10 assinaturas colhidas desde o início da manhã de hoje, 16, o projeto não tem mais como ser apreciado nesta Legislatura, já que o recesso parlamentar iniciou-se ontem, 15 no Senado Federal.

Agora, o trabalho legislativo será retomado no início de fevereiro.

16/12/2016 - Telesíntese

Oi diz que vai analisar proposta de Bondholders assim como a de outros credores

A operadora afirmou que já recebeu sugestões do G5 Evercore, dos bancos Itaú, Banco do Brasil, Caixa e BNDES. Uma das propostas é trocar parte da dívida por equity.



A Oi disse, após a oferta dos bondholders em parceria com o bilionário egípcio, Sawiris (que no final se comprometeu a aportar muito menos dinheiro do que se cogitava anteriormente), que irá analisar o plano alternativo apresentado, mas ele não é o único, pois outros

credores também já fizeram suas propostas.

A seguir o posicionamento da companhia:

“A Oi informa que recebeu hoje, 16, um grupo formado por credores da companhia (representados pela Moelis e FTI) e um potencial investidor. O encontro faz parte de reuniões

regulares que a companhia vem mantendo com credores, no sentido de ouvir sugestões referentes ao plano de recuperação judicial apresentado pela companhia em setembro. Este plano contém a proposta feita pela Oi aos credores, que poderão apresentar sugestões que serão negociadas no âmbito do processo, como é natural no caso de recuperação judicial.

O plano alternativo apresentado pelo grupo que procurou a companhia hoje será analisado, juntamente com as demais sugestões que surgiram ao longo de encontros com outros credores que estiveram com a Oi até agora, como o assessor financeiro G5 Evercore, além dos bancos Itaú, Banco do Brasil, Caixa e BNDES. Uma das possibilidades em discussão seria, por exemplo, trocar parte da dívida por equity assim que o plano for aprovado. A Oi acredita que o resultado destas negociações deverá refletir uma proposta final que garanta a viabilidade operacional e a sustentabilidade da companhia e que atenda credores, acionistas e demais partes interessadas, permitindo que a Oi saia mais fortalecida ao final deste processo.”



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

16/12/2016 - Telesíntese

Orçamento de 2017, já com o teto dos gastos, mantém penúria da Anatel e dinheiro do Fust para o tesouro

Orçamento prevê arrecadação da Anatel em R\$ 2,3 bi e contingenciamento de R\$ 2,164 bi. Receita do Fust será de R\$ 1,186 bi e repasse para o Tesouro de R\$ 1,186 bi.



O Congresso Nacional aprovou ontem, 15, o Orçamento da União de 2017, já com o teto dos gastos, previsto pela Medida Provisória, que limita as despesas do governo por 20 anos. Entra ano sai ano, a escrita se mantém. Apesar de arrecadar bilhões de reais dos usuários de telecom, a Anatel vai continuar na penúria, de pires na mão.

Ainda, a totalidade dos recursos do Fust (Fundo de Universalização) vai para o Tesouro Nacional. Os bilhões do Fust (tirando o pequeno naco que vai sustentar a agência reguladora, também serão todos eles contingenciados.

O Funttel (fundo para o desenvolvimento da ciência e Tecnologia) é o que menos sofre cortes. Mesmo assim também terá uma boa parte de seus recursos direcionados para o pagamento de juros e despesas correntes do Governo Federal.

MCTIC

Com a fusão dos ministérios de Ciência e Tecnologia e Comunicações, outros fundos de ciência e tecnologia passam a se unir à reserva de contingência financeira, fazendo com que a pasta seja uma das principais arrecadadoras sem causa do governo federal.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecno-

lógico (FNDCT) também sofrerá um grande corte. Ele deverá arrecadar R\$ 3,598 bilhões, mas o Tesouro irá ficar com R\$ 1,416 bilhão.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, defendeu na quinta-feira, no Congresso Nacional, a reorganização do FNDCT para garantir o custeio das atividades e projetos já contratados. O ministro falou ainda sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241), aprovada nesta terça-feira pelo Senado Federal, que estabelece um teto para os gastos públicos nos próximos 20 anos. Para Kassab, a PEC é "saudável para o país", mas a comunidade científica deve se mobilizar para buscar recursos financeiros.

Os valores de 2017:

Receita a ser arrecadada Anatel: R\$ 2.307.957.721

Contingência Anatel: R\$ 2.164.871.123

Previsão receita Fust: R\$ 1.186.588.593

Contingência Fust: 1.186.487.593

Previsão receita Funttel: R\$ 307.092.712

Contingência Funttel: 279.092.712

Previsão Receita FNDCT: R\$ 3.598.346.048

Contingência FNDCT: 1.416.358.263

Total contingenciamento orçamento MCTIC: R\$ 5.098.845.671*

*(há outras pequenas fontes de contingenciamento no ministério)



18/12/2016 - Rede Brasil Atual

Temer baseia reforma da Previdência em uma realidade que não é a do total do país

Simple anúncio da reforma, com a entrada de Henrique Meirelles no governo, em maio, já fez o setor de previdência privada estourar a champanhe – e as metas anuais

Dados do IBGE apontam que, em algumas região pobres do país, a maioria na região Norte e Nordeste, jovem com 20 anos em 2016 viverá aproximadamente 69 anos, uma vida inteira de trabalho e quatro de aposentadoria

The Intercept Brasil – Dentre as diversas nuances danosas que a reforma da Previdência apresenta ao trabalhador — como o achatamento dos benefícios e o cerceamento de aposentadorias — a definição de uma idade mínima de 65 anos é o ponto central da proposta, segundo o próprio Henrique Meirelles. Contudo, o ministro da Fazenda ignora as profundas desigualdades sociais e regionais que regem o país.

Em 19 municípios brasileiros a expectativa de vida é de exatamente 65 anos, em outras 63 cidades, é de 66 anos. "As expectativas de vida são menores em locais mais pobres. As áreas menos favorecidas têm condições de vida e de saúde muito abaixo das ricas, devido às desigualdades do país", afirma Isabel Marri, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Um dos argumentos que o governo utiliza para justificar a PEC se baseia em outro conceito estatístico, diferente do de expectativa de vida: o de sobrevivência. Ou seja, em quanto uma pessoa que já chegou a certa idade ainda deverá viver. Segundo a proposta, as pessoas que chegam aos 65 anos no Brasil têm, em média, mais 18,4 anos de vida. O problema, entretanto, é que esse cálculo dissolve diferenças entre gênero e local de origem.

A situação fica explícita quando supomos uma comparação entre dois jovens de 20 anos de diferentes estados e gêneros. Por exemplo, uma mulher de Santa Catarina e um homem de Alagoas. Eles estão entrando agora no mercado de trabalho e, portanto, já sofreriam os efeitos da reforma da Previdência. Segundo as estimativas do IBGE, ela deve viver 14 anos a mais.

Dados do IBGE apontam que um jovem alagoano que tem 20 anos em 2016 viverá aproximadamente 69 anos. O estado tem o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. É uma vida inteira de trabalho para desfrutar de quatro anos de descanso.

"[65 anos] É uma idade alta considerando a realidade brasileira. Isso causa ou reforça a desigualdade", diz a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Jane Berwanger. Para ela, a fórmula ideal deve mesclar tempo de contribuição e idade, como a fórmula 85/95, pois assim as variações de idade entre os trabalhadores são acentuadas.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Regras propostas

- Idade mínima **65 anos**
- Contribuição mínima **25 anos**
- Para receber teto do INSS **49 anos de contribuição**
- Já aposentados **Nada muda**
- Passarão por regras de transição **Homens com mais de 50 anos e mulheres com mais de 45 anos hoje**
- Servidores públicos e políticos **Terão as mesmas regras do INSS**
- Pensão por morte **Fica proibido o acúmulo de pensão e aposentadoria**
- Militares **Terão um projeto de lei separado**

The Intercept
Brasil

Leia mais em: <http://migre.me/vL3CW>

19/12/2016 - Rede Brasil Atual

A revolta das elites brasileiras contra a redução das desigualdades

Com Temer no poder, país retoma políticas econômicas e sociais que aprofundam desigualdades entre brasileiros

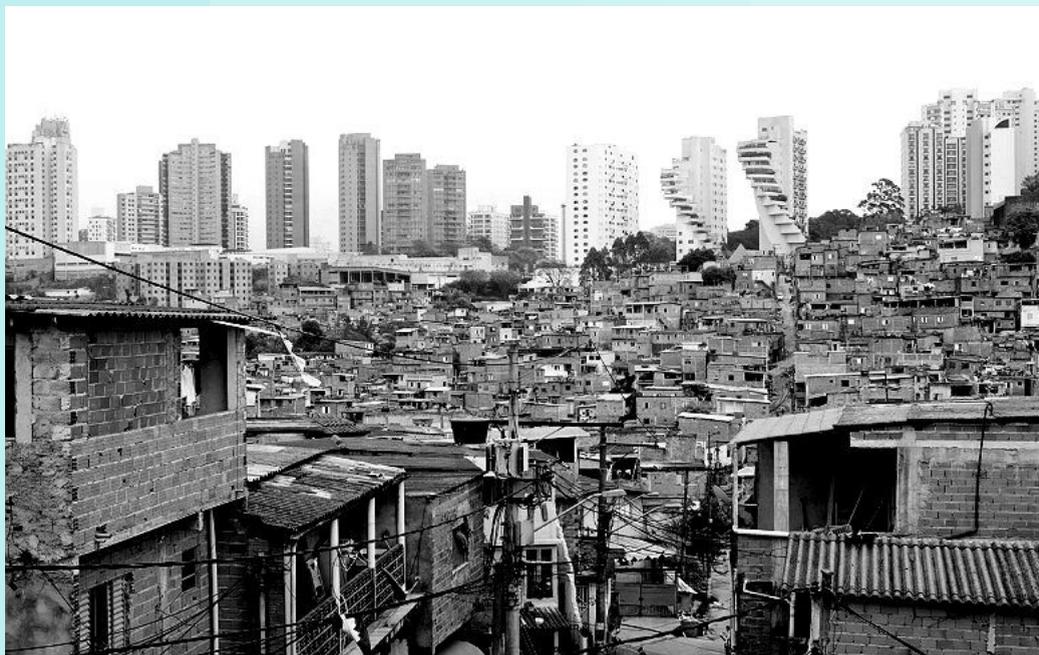
A receita para a redução da desigualdade no capitalismo industrial pode ser sintetizada por três componentes principais. Especialmente a partir do final da segunda grande Guerra Mundial (1939 – 1945), os países industrializados convergiram para a

constituição (1) do fundo público ampliado assentado na tributação progressiva, (2) do Estado de bem estar social de cobertura universal e (3) da regulação da relação entre o capital e o trabalho concomitantemente com o estabelecimento do pleno emprego.

Para a ampliação do fundo público, a concentração da tributação sobre os rendimentos da propriedade (juros, lucros, aluguéis e renda da terra) se destacou, aliviando a arrecadação na base da pirâmide social, especialmente sobre os assalariados. O imposto de renda, de herança e de riqueza foram os principais instrumentos tributários a contribuir não apenas com a ampliação da receita pública, mas com o efeito corretivo sobre os segmentos dos maiores rendimentos na sociedade.

No caso do Estado de bem estar social coube superar, inicialmente, o antigo Estado mínimo comprometido com apenas as funções de monopólio da tributação, da violência (ação policial e justiça) e da moeda. Assim, a sua constituição representou a universalização da seguridade social, com a garantia dos serviços públicos de boa qualidade (educação, saúde, transporte, saneamento, entre outros) e transferência de renda aos segmentos sociais, especialmente aos pauperizados da população.

Por fim, a regulação das relações entre o capital e o trabalho permitiu que o pleno emprego se realizasse, com o valor do salário mínimo acompanhando os ganhos reais de produtividade. Também a difusão dos contratos coletivos de trabalho pela atuação dos sindicatos favoreceu a proteção dos trabalhadores mais vulneráveis, cuja conquista da estabilidade no emprego



foi perseguida pelo repasse da produtividade aos salários.

No Brasil, todavia, a receita de combate à desigualdade terminou ficando no segundo plano. Somente no período democrático iniciado em 1985, que o conjunto de ações mais efetivas terminou sendo aplicadas.

A começar pela Constituição Federal de 1988, responsável por estabelecer as ba-

ses do Estado de bem estar social. Com isso, o gasto social que equivalia a 13,5% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1985, saltou para 23,4% do PIB no ano de 2014.

Do ponto de vista do combate à desigualdade, os avanços tributários foram praticamente inexistentes, uma vez que a carga do Estado seguiu concentrada na base da pirâmide social brasileira. Os principais tributos em termos de arrecadação do Estado assentam-se no consumo, sendo aqueles mais regressivos possíveis, o que significa dizer que a ampliação do Estado de bem estar social foi financiado pela maior carga tributária paga pelos pobres, não os ricos.

Para a relação entre o capital e trabalho, o salário mínimo se mostrou essencial, especialmente nos anos 2000, com valores reais crescendo acima da média salarial do país. Assim, não apenas os trabalhadores ativos foram favorecidos, como também os inativos beneficiados pela seguridade social.

Tudo isso, contudo, sofre atualmente um revés inquestionável. A elite do país terminou se rebelando contra o modelo de combate à desigualdade social presenciado somente mais recentemente no Brasil.

O governo Temer, porta voz dos interesses da elite revoltada, deságua um conjunto de reformas neoliberais que torna cada vez mais desigual a situação do conjunto dos brasileiros. A classe trabalhadora termina sendo a mais atingida, com o desemprego em alta, o rebaixamento dos salários, o corte nos gastos públicos, especialmente o social, e o fim da previdência social tal como até então se conhecia.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Enquanto o 1% de cima tem 51%, os 50% de baixo só têm 1%

Equivale a 1% da população mundial. São os adultos que pertencem ao grupo dos mais ricos do mundo, e que reúnem 51% da riqueza global. Do outro lado da pirâmide, os adultos que compõem a metade inferior do espectro social, possuem juntos apenas 1% dessa riqueza.

Para deixar ainda mais escandaloso o quadro, se fazemos as contas com os 10% mais ricos do planeta, veremos que eles acumulam 89% de toda a riqueza do mundo! Esta é a nova cifra calculada pelo informe anual da riqueza global do banco Credit Suisse. A cada ano, o Credit Suisse apresenta este informe, escrito pelos professores Tony Shorrocks, James Davies e Rodrigo Lluberas – que antes o elaboravam para a ONU.

Costumo escrever sobre ele a cada ano, em artigos que geralmente terminam se posicionando entre os mais populares.

Da última vez que tratei dos resultados desses informes, o 1% mais rico tinha 48% da riqueza global. Logo, neste um ano e meio, a desigualdade global aumentou ainda mais, segundo a pesquisa.

Entretanto, a proporção de riqueza acumulada pelo 1% ou pelos 10% mais ricos se reduziu entre 2000 e 2007, de um 50% (percentual similar ao deste último estudo) a um 46%. Uma diferença não muito grande, mas que marcava uma tendência de queda, que se inverteu depois da crise financeira, com os setores mais ricos voltando a perceber os níveis de concentração observados no começo deste século.

Os investigadores do Credit Suisse estimam que estas mudanças refletem principalmente a importância relativa dos ativos financeiros dos lares, que voltaram a aumentar de valor a partir de 2008, fazendo crescer a riqueza de muitos dos países mais ricos, e de muitas das pessoas mais ricas, em todo o mundo. Apesar de a proporção dos ativos financeiros se reduzir este ano, as partes dos grupos de riqueza superiores continuaram aumentando. No outro extremo da pirâmide da riqueza mundial, a metade inferior dos adultos possui coletivamente menos de 1% da riqueza total.

A principal razão principal desta enorme desigualdade é que há muitos pobres (em termos de riqueza) no mundo. Não se necessita muito para se estar na parte de cima da pirâmide. Deduzidas as dívidas, a pessoa só necessita ter 3,7 dólares para formar parte do grupo dos possuidores de riqueza.

Entretanto, se necessita cerca de 77 mil dólares para pertencer aos 10% mais ricos, e 798 mil dólares para se chegar ao 1%, o patamar superior, onde estão os donos de mais da metade da riqueza mundial. Assim, se você é dono de uma casa (ou seja, não paga aluguel) em qualquer cidade importante num país desenvolvido do hemisfério norte, você provavelmente é parte desse 1% superior. Não se sente rico por isso? Pois o cenário que demonstra essa riqueza é o do contraponto, a situação dos pobres, que são a grande maioria das pessoas no mundo: sem propriedade, sem dinheiro e, evidentemente sem ações, títulos ou bonos.

A investigação mostra que 3,5 bilhões de pessoas – 73% de todos os adultos do mundo – possuem bens e renda inferiores a 10 mil dólares em 2016. Outros 900 milhões de adultos (19% da população mundial) estão no leque entre 10 mil e 100 mil dólares. Os

pobres se concentram no continente africano, na Índia e nas nações mais pobres da Ásia. Porém, também há um número significativo de pessoas que são pobres segundo esses parâmetros, e que vivem na América do Norte e na Europa – entre eles 9% dos norte-americanos, a maioria com um patrimônio líquido negativo, e 34% dos europeus. Essas pessoas não só carecem de riquezas como também vivem endividadas.

E quem são os que estão cada vez melhor? Certamente não são os indianos. A Índia tem só 3,1% das pessoas de classe média do mundo (com uma riqueza de entre 10 mil e 100 mil dólares) e essa proporção praticamente não mudou nos últimos anos. Pelo contrário, a China conta com 33% da população em níveis médios de riqueza, dez vezes mais que Índia, e essa proporção se duplicou desde o ano 2000. Isto nos mostra que a expansão econômica sem precedentes da China tirou centenas de milhões de pessoas da pobreza, ainda que a desigualdade tenha aumentado.

Além disso, o número de milionários, que se reduziu em 2008, mostrou uma rápida recuperação depois da crise financeira, e agora é mais que o dobro da cifra de 2000. Na atualidade, há 32,9 milhões de milionários a nível mundial (ou sejam adultos com mais de 1 milhão de dólares em propriedades ou economias, descontadas as dívidas). Há somente 140 mil pessoas em todo o mundo com patrimônio superior a 50 milhões de dólares. E também há mais de 2 mil multimilionários, que são realmente os donos do mundo.

Supondo que não haverá mudanças na tendência de aumento da desigualdade com respeito à riqueza mundial, se espera que haja mais 945 multimilionários nos próximos cinco anos, elevando o total a quase 3 mil. Mais de 300 desses novos multimilionários devem ser da América do Norte. A China, segundo esses cálculos, somará mais novos multimilionários que toda Europa junta, situando o total de chineses nesse patamar acima dos. O Credit Suisse estima que a riqueza global total agora é de 334 bilhões de dólares, ao redor de quatro vezes o PIB mundial anual. No começo deste século, houve um rápido aumento da riqueza mundial, com um crescimento mais rápido na China, na Índia e em outras economias emergentes, que representaram 25% do aumento da riqueza, apesar de que possuíam somente 12% da riqueza mundial no ano 2000.

A riqueza mundial se reduziu em 2008, mas mostrou uma lenta tendência de recuperação a partir de então, com uma taxa significativamente mais baixa que a exibida antes da crise financeira. De 2010 em diante, a riqueza (em dólares) caiu em todas as regiões do planeta fora da América do Norte, Ásia-Pacífico e China. A riqueza per capita por adulto registrou crescimento pífio, e a riqueza média caiu desde 2010. Logo, o adulto médio é cada vez mais pobre.

Nos últimos 12 meses, a riqueza mundial aumentou em 1,4%, mal podendo manter o ritmo do crescimento da população. Como resultado, neste ano de 2016, a riqueza média por adulto se manteve sem mudanças pela primeira vez desde 2008, aproximadamente uns 52,8 dólares. Portanto, a população mundial em seu conjunto não se tornou mais rica no último ano e meio, mas a desigualdade aumentou.